

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO(A)/PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025

CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 01.472.702/0001-30, com sede na Rua Paulo Franco Werneck, Nº 296, neste ato representada por seu representante legal CARLOS EDUARDO LAGRECA ALVES, CPF 091398547-36, vem, tempestivamente, e com supedâneo no art. 164, Da Lei nº 14.133/2021, em tempo hábil, perante Vossa Senhoria apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do pregão eletrônico em testilha, pelos seguintes fatos e fundamentos:

I- DA TEMPESTIVIDADE

Conforme dicção do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para impugnar o edital no pregão eletrônico é de 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública, que no presente caso, está marcada para a data 17/04/2025. Sendo esta impugnação protocolada à data de 10/02/2025, faz-se perfeitamente tempestivo.

**II - DA ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE MERA DECLARAÇÃO QUANTO À
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4/2014**

O item 9.10.1, alínea “K” do edital impugnado exige dos licitantes a apresentação de **declaração genérica** de que atendem a **todas as exigências** da Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014 (ANEEL/Anatel), que trata do preço de referência e das normas técnicas para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações.

Entretanto, tal exigência revela-se **genérica e imprecisa** quanto ao seu conteúdo; **insuficiente** para assegurar a efetiva regularidade da operação do serviço licitado;

desproporcional, pois impõe ônus subjetivo sem requerer comprovação mínima da regularidade técnica da empresa.

A Resolução Conjunta nº 4/2014 contém diversas obrigações operacionais e técnicas, que se aplicam **apenas em determinadas hipóteses específicas** (ex: ocupação irregular, conflitos, sobreposição de pontos etc.). Assim, exigir **declaração genérica e abrangente** de seu cumprimento **sem documentos comprobatórios mínimos** (como contrato de compartilhamento, autorização formal ou aprovação de projeto pela distribuidora de energia elétrica) **não assegura a qualificação técnica do licitante.**

Além disso, viola o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021), pois permite que empresas em desconformidade com a norma apresentem declarações unilaterais sem respaldo técnico.

Não bastasse, a recusa da distribuidora de energia elétrica quanto ao compartilhamento de postes pode, por exemplo, resultar na interrupção da prestação de serviços pela licitante vencedora. Logo, a declaração unilateral não é garantia da regularidade e autorização do compartilhamento.

Assim, requer seja o edital **retificado para exigir documentação mínima comprobatória** do atendimento à Resolução Conjunta nº 4/2014, **quando aplicável à realidade operacional da licitante**, e não mera declaração genérica e absoluta.

III - DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA O AUMENTO DA VELOCIDADE DE 920 MBPS

O presente edital repete o objeto do Pregão Eletrônico nº 56/2024, que foi anulado por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) justamente pela ausência de justificativas técnicas e econômicas que sustentassem a **elevação da taxa de download para 920 Mbps**, quando o histórico da Administração Municipal indicava o uso de apenas 50 Mbps.

Conforme registrado pela área técnica do TCE/RJ:

“Não se compreende as razões técnicas e econômicas que levaram a administração a optar pela capacidade de 920 Mbps de taxa de download (...), o que certamente poderia decorrer economia de dispêndios a serem realizados pelo município na execução contratual.”

Contudo, ao examinar o novo edital (nº 01/2025), **verifica-se que o Termo de Referência se limita a apresentar justificativas genéricas**, tais como: continuidade dos serviços públicos; inclusão digital; conexão com sistemas de governo eletrônico.

Não há qualquer elemento técnico concreto, tal como: estudo de viabilidade; análise de tráfego; número de usuários simultâneos ou equipamentos conectados; comparação com o uso anterior; cálculo de custo-benefício.

Essa omissão fere o disposto nos artigos 18, §1º, incisos I e II, e 20 da Lei nº 14.133/2021, que exigem **estudos técnicos preliminares e justificativas que embasem o Termo de Referência**, sob pena de nulidade da licitação.

Portanto, o edital incorre em **reincidência da irregularidade já apontada pelo TCE/RJ**, o que pode inclusive pode configurar desobediência à Corte de Contas e resultar em responsabilização.

Importante destacar que, o contrato a ser firmado deve guardar segurança jurídica ambas as partes, sob pena de incorrer nos mesmos empecilhos criados pela denuncia anteriormente realizadas e observadas pelo TCE-RJ, que trouxe transtornos, principalmente ao Município.

IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a este Pregoeiro(a) que:

1. **Conheça e acolha a presente impugnação**, determinando a **retificação do edital** para:
 - a) Exigir **documentação comprobatória mínima e objetiva** do atendimento à Resolução Conjunta nº 4/2014, quando aplicável, e não mera declaração genérica;
 - b) Incluir **justificativa técnica e econômica fundamentada** que sustente a necessidade da contratação de links com velocidade de **920 Mbps**, com base em estudo técnico preliminar detalhado, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021;
2. **Suspenda o certame**, caso necessário, até que as adequações sejam promovidas;
3. Publique nova versão do edital com as alterações devidas, em respeito aos princípios da legalidade, motivação, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Nestes termos,
pede deferimento.

São Jose do Vale do Rio Preto/RJ, 10 de abril de 2025.

CCOMTELECOM SERVIÇOS LTDA